

CONFLITOS TERRITORIAIS NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ

Territorial conflicts in the socio-space training of region Paraná state center

Cleverson Gonçalves¹
Nilson Cesar Fraga²
Cristina Buratto Gross³

Recebido em: novembro de 2017

Publicado e aceito em: dezembro de 2017

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o movimento social Primavera Secundarista, ocorrido no Brasil a partir de 2015, tendo como pano de fundo discussões acerca do território e as relações de poder nele imbuído, bem como de identidade ligada a manifestação da territorialidade, em específico das juventudes brasileiras, a partir dos movimentos de “ocupação” que iniciaram nas escolas e se espalharam para outros espaços. As discussões sobre o território e territorialidade se dão a partir dos estudos de Raffestin (1993), Albagli (2004), Haesbaert (2004), Schneider e Tartaruga (2004), Haesbaert (2005), Silva (2006), Saquet e Sposito (2009) e Saquet (2015). E, a análise acerca das especificidades do movimento social juvenil Primavera Secundarista ocorrido no Brasil, a partir de 2015, a partir de Rabat (2002), Turra Neto (2011) e UBES (2016).

Palavras-Chave: Itaiópolis; Fumicultura; Cultural.

Abstract

The present study aims to investigate the interference of the insertion of tobacco farming in the social-historical-economical process in Itaiópolis. Through the development of the exploratory research, a bibliographic survey was made in order to bring the object of study into a theoretical context. During this process, the bibliographic research technique used was that of searching for definitions and techniques in other published works on the same theme. The instrument used to collect the necessary data was direct interview not structured previously. It is possible to notice that the change in itaiopolenses' lives was gradual, but radical as well, not only affecting the cultivators, but everyone, directly or indirectly. The cultural change appears when one ceases to cultivate for their subsistence and begins to obtain profit from tobacco, therefore modifying all the routine and way of life of the families, and still today bringing cultural and economical change.

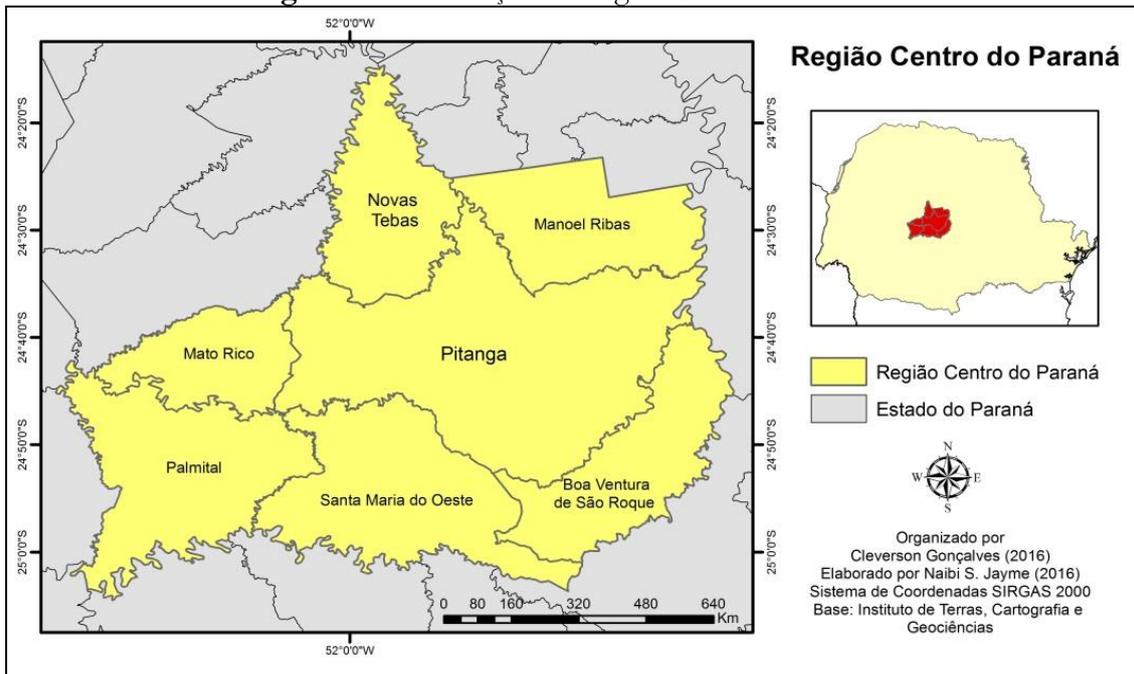
Key-words: Itaiópolis; Tobacco farming; Cultural.

INTRODUÇÃO

A região centro do Paraná, composta pelos municípios de Manoel Ribas, Boa Ventura de São Roque, Mato Rico, Santa Maria do Oeste, Nova Tebas, Palmital e Pitanga (Figura 01), teve sua formação sócio-espacial marcada por conflitos violentos relacionados à questão de suas

terras, tais conflitos serão apresentados nesse trabalho com o intuito de analisar as possíveis relações destes, com a situação socioeconômica da região. Para isto, nos pautamos sobre a restrita referência bibliográfica existente sobre o tema, e análises empíricas realizadas através de alguns trabalhos de campo e entrevistas feitas com moradores da região, a fim de melhor vislumbrar as tramas territoriais amalgamadas no seio daquelas sociedades.

Figura 1 - Localização da Região Centro do Paraná



Fonte: Organizado por Gonçalves, 2016.

Os municípios escolhidos para nossa análise foram todos emancipados do município de Pitanga, o mais desenvolvido economicamente na região, e acabaram herdando muitas de suas características sociais, econômicas e culturais, além das políticas.

Dentre os fatos históricos mais marcantes na região, destacamos a Chacina dos Kaingang, ocorrida no mês de abril do ano de 1923, um conflito entre a população desta etnia e os recém-chegados, os colonos (descendentes de europeus), na então Vila Serra da Pitanga. O conflito que culminou com a morte de três colonos e de oitenta e cinco indígenas repercutiu em todo o Paraná, e ainda é fato acentuado na recordação dos pitanguenses e demais habitantes da região.

Apesar da parca bibliografia que descreve o conflito, e das lacunas e contradições referentes a esses fatos, ao analisarmos esses materiais, fica notório o interesse que os colonos que chegavam à região tinham sobre as terras indígenas, sendo esse, considerado o fator principal gerador dessa Chacina – a luta pela terra.

Outro importante marco histórico relacionado aos conflitos de terra na região foi a tentativa de grilagem, de 80 mil alqueires de terras, que estavam já ocupadas pelos colonos, e que em 1955 alguns grileiros de outras regiões do país tentaram se apropriar, gerando revolta na população local. Esse evento ficou conhecido como o Grilo do Tigre, devido ao fato de que o início desta grilagem de terras ocorreu em uma localidade chamada de Rio do Tigre. De acordo com Iurkiv (1999), Favaro (2014) e Gonçalves (2017) esse evento causou grande revolta nos colonos que ocupavam essas terras, pois um juiz da comarca de Pitanga teria inicialmente dado ganho de causa aos grileiros, e determinado que os colonos desocupassem tais terras, mais tarde esta ação foi revogada, pois os colonos insatisfeitos se rebelaram contra a decisão do juiz, e em um ato de revolta invadiram a comarca, apropriaram-se do documento e o incineraram. Na época a:

A estratégia era a de se utilizar de serviços de agrimensores, que de posse de mandados judiciais, nem sempre procedentes, iniciavam levantamentos topográficos de estradas e várias outras áreas, com o objetivo claro de questionar a posse ou a propriedade de moradores na área pretendida pelo grilo do Tigre, que com ameaças de medição das mesmas, exigiam dos moradores quantias em dinheiro, com a promessa de não incluí-las na medição e nem medi-las em buscas de excessos de área, ou seja, verificar se a área ocupada não era maior que a constante em documentos (IURKIV, 1999, p.23).

Os ânimos só se acalmaram, quando no mês de novembro, uma nova decisão judicial considerou irregular e criminosa a ação dos grileiros. Os relatos desses dias, contam que o comércio e escolas fecharam, para aumentar ainda mais o número de pessoas na manifestação, o fato é relatado com precisão por Iurkiv (1999), onde ele traz análises da história e do processo jurídico de forma detalhada.

Por toda essa região, a história contada oralmente e relatada nos poucos livros de história regional, ignora a existência de povos caboclos, originalmente habitantes do sertão que preexistiam territorialmente conjuntamente com os indígenas, lançando apenas nos indígenas, a culpa pelos conflitos entre os colonos e os Kaingang. Porém, até os dias atuais, pouco se sabe sobre a verdade dos fatos causadores da Chacina de 1923, há muitas informações camufladas ou envoltas nas brumas do silêncio regional. Os atos e os fatos registrados naquela época, onde muitas falas transformaram a história em lendas, assim como o conflito do Rio do Tigre, ainda são desconhecidos, pois se encontram velados no seio da sociedade regional, restando, apenas a história contada pelos vencedores.

Reforça-se que a região onde Pitanga se localiza, é hoje caracterizada como uma das mais pobres do estado, apresentando uma elevada desigualdade social em praticamente todos os municípios, sendo que alguns deles possuem os mais baixos índices de desenvolvimento humano

do Paraná. Esses dados se caracterizam por diversos fatores, tais como a concentração fundiária e de renda, a violência, a falta de infraestrutura, impossibilidade de geração de trabalho, renda e riqueza para um grupo maior de cidadãos, e através da análise destes dados, percebe-se que a região é de fato um bolsão de pobreza dentro do Paraná.

Deste modo, acreditamos ser difícil ocorrer um desenvolvimento social pleno e igualitário nesta região, pois a mesma se constituiu por uma sociedade conservadora e, quando não, preconceituosa, que omite a própria história, aliás, inventando sua história de heroísmo permeado pelo discurso do pioneirismo, sendo promotores de injustiças antes mesmo do município de Pitanga possuir sua emancipação político-jurídica.

Para a história oficial da época, não havia pessoas não indígenas na região antes da chegada dos colonos, a existência dos caboclos é ignorada completamente, não há discussões sobre isso, diferente da Chacina de Pitanga, que ainda hoje é lembrada – é lembrada, mas sem se saber muito sobre o assunto, algo vago, pois a violência é sempre motivo de lembranças sobre os territórios. Os nomes dos colonos envolvidos na Chacina hoje são citados como os pioneiros de Pitanga, com ruas e praças homenageando-os e, indiretamente, os seus feitos, afinal, pioneiros são tidos como civilizadores de regiões oficialmente reconhecidas como vazios demográficos do interior do Brasil. São esses que se tornaram a elite e a burguesia pitanguense e, contraditoriamente, são os que insistem em manter a memória da Chacina preservada, porém omitindo e mistificando fatos, e assim ampliando, ainda mais, o preconceito que a sociedade pitanguense tem em relação aos Kaingang e a sua própria história manchada de sangue, por esses mesmos pioneiros.

Do território

São essas diferentes territorialidades que se expressam e constroem esse espaço ao longo dos tempos, seja por lutas, por disputas e conflitos, mas todas essas ambiguidades constituíram o que está materializado contemporaneamente nesta região, daí nosso interesse em entender esta formação sócio-espacial a partir dos conflitos ali emanados, e dos territórios constituídos a partir e por eles.

Tanto o espaço, quanto o território, nos ajudam a compreender fatores de identificação, defesa e força, empreendidos pelos sujeitos regionais. Isto porque, é por meio das ações, das reações e das interações do homem com o espaço, que ocorrem as transformações deste em território. E neste aspecto, o conceito de espaço torna-se importante para elucidar os processos de apropriação e expropriação vivenciados pelos indígenas, caboclos e colonos desta região. Deste modo, coadunamos com Santos (2006) quando ele coloca que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas e objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Compreender o espaço, portanto, é compreender a realidade em sua totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos que o compõem. O homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço, produzindo territórios e paisagens, sendo estas últimas processualidades históricas da formação de cada território (SAQUET, 2003).

Quanto ao território, também é um conceito importante aqui, uma vez que as relações de poder que se estabeleceram entre colonos, latifundiários, caboclos e indígenas foram fundamentais para a transformação do espaço regional.

Aqui, tendo a clareza que espaço e território tem suas distinções, assim como Raffestin (1993, p.144) nos aponta que, “evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”. Na região Centro do Paraná, essa produção iniciada no século XIX pautou-se em uma relação dentro dos moldes de produção capitalista, onde um espaço até então ignorado pelo capital, tornou-se atrativo e passou a ser explorado por diferentes atores, que ignoravam as necessidades das populações que já ocupavam estes espaços, os indígenas e caboclos. Sobre este aspecto, Calabi e Indovina (1993), afirmam que existe um “uso” do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista.

Nesse sentido, atentando-se a natureza enquanto recurso acredita-se ser este o trunfo do poder na região estudada, claro, considerando o que Raffestin (1993, p.58) nos trás, em que “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos, [...] os recursos determinam os horizontes possíveis da ação”. Os recursos condicionam o alcance da ação. Aqui considerando como recurso, os bens naturais da RCPR, esse sendo o principal trunfo do poder, os recursos minerais e biológicos daquelas terras.

Nitidamente, concordamos com Raffestin (1993, p. 59), quando ele afirma que “o trunfo raramente é único. Trata-se quase sempre de um trunfo complexo”, isso devido ao fato,

de como anteriormente mencionado, o trunfo ser também a população e o território, ou seja, as relações de poder preexistentes. Desse modo, compreendemos que, quando os colonos chegaram à região na busca pelo seu “trunfo” (bens naturais), e na mesma já havia povos (índigenas e caboclos) habitando, conseqüentemente essas disputas pelo poder e pelo território geraram conflitos, principal sinal da complexidade territorial desta região.

Dos conflitos

A região é marcada historicamente por um contexto de conflitos, desde massacres indígenas passando por inúmeros casos de grilagens de terras, até os conflitos atuais, esses marcados ainda pelos conflitos por terras, mas também pelas lutas diárias por alimentação, território e poder.

Na região de Pitanga são registrados conflitos desde o século XVI a partir da chegada dos colonos, período também marcado por uma ideologia nacional que remete ao branqueamento populacional, pela procura por novas terras, e pelo primeiro grande conflito na região envolvendo os Índios Kaingang e os colonos.

A década de 1920 foi marcada por graves acontecimentos na região da Serra da Pitanga, nas margens direita do rio Ivaí. O povoamento da região entrava num processo cada vez mais acelerado e se chocava com as tribos estabelecidas nos diversos toldos⁴ ali existentes (MOTA e NOVAK, 2008, p. 189). Pelos relatos dos moradores locais fica notório quão grande era o interesse que os colonos tinham sobre as terras indígenas. Segundo Eurich (2012, p. 79), com o tempo, os colonos começaram a invadir e a reduzir a reserva dos Kaingang, e estes em contrapartida iniciaram uma onda de saques aos sítios, furtando porcos para a alimentação.

Importante lembrar que, as áreas de reservas dos índios Kaingang, foram definidas pela primeira vez pelo decreto número 8, de 09 de setembro de 1901, e eles ficaram com um total de 36.145 ha, entre o rio Ubazinho e o Rio Jacaré, a margem direita do rio Ivaí, no entanto com o decreto número 294 de 17 de abril de 1913, surgindo a pedido do Cacique Paulino Arakxó, houve uma nova mudança, movendo as reservas indígenas para o lado esquerdo do Rio Ivaí, deixando o lado direito do rio para o estabelecimento de colonos. Contudo, nem o governo do estado e nem o Serviço de Proteção ao Índio fizeram a demarcação correta dessas terras.

Vale destacar que nessa nova demarcação havia terrenos particulares, onde já existiam criações de suínos e plantio de milho, e que posteriormente ocorreu a extração da erva mate e da madeira, sendo esse o principal ponto de interesse do capital. Segundo Eurich (2012, p. 19) a população indígena recenseada em todos os toldos do Ivaí, era de 504 pessoas e estimativa de 296 não recenseados, dando um total de 800 indígenas. Porém, Eurich (2012) ainda afirma que um

recenseamento mais completo apuraria um número superior a 800 indivíduos na região no ano de 1923.

Exatamente neste ano, 1923, no mês de abril é que ocorre o principal conflito entre esses povos, onde, sabe-se que os colonos estavam cientes, tanto pelo aviso dos índios no final de março, quanto pela movimentação suspeita dos mesmos, de que a qualquer momento os indígenas invadiriam a vila dos colonos (Eurich, 2012, p. 45). Esse conflito foi altamente coberto pela imprensa da época, conforme é apontado por Mota, Novak (2008) e Eurich (2012), onde eles historicizam o ocorrido e trazem informações e análises detalhadas sobre o caso, segundo Eurich a invasão iniciada no dia 02 de abril com arrombamentos e saques as casas dos colonos, só resultou em mortes após os colonos tentarem combater os índios. Neste mesmo episódio, houve uma emboscada dos índios à família de Manoel Lourenço e um tiroteio com três mortos.

Este conflito foi iniciado principalmente devido a questões de terras, pela disputa de poder entre indígenas e colonos e a constante diminuição do território dos indígenas, desse modo:

Os acontecimentos da serra da Pitanga e a tentativa de amedrontar os homens da cia. colonizadora revelam, mais uma vez, que os Kaingang não assistiam passivamente à ocupação de seus territórios. Mesmo os aldeados necessitavam das matas para manter seu modo de vida e faziam incursões contra os brancos desde o início do século XIX. A tática de atacar, retornando em seguida para o refúgio seguro dos aldeamentos (MOTA e NOVAK, 2008, p. 195).

Ainda, na mesma lógica, Eurich (2012, p. 107) traz que:

Fica claro na leitura do processo que a causa principal da invasão da vila, inicialmente, seria a reivindicação das terras, que segundo os indígenas eram de sua propriedade. Conforme os depoimentos, avisos foram dados aos habitantes do lugar para que estes se retirassem. Seguiu-se o saque e as mortes de ambos os lados.

Esse conflito teve como resultado o *Decreto* número 128 de 07/04/1924, que “*definiu as terras indígenas*”, *entretanto, segundo Eurich (2012, p. 76) se* calcula que sessenta homens e mulheres foram mortos, e vinte e cinco crianças mortas e/ou desaparecidas, sendo que desse total apenas três eram colonos, o restante todos indígenas. Apesar de todo o conflito e derramamento de sangue, *para* Mota e Novak (2008):

[...] o Decreto de 1924 não significou que os Kaingang tivessem assegurado seus territórios, pois a sociedade branca que vivia nos arredores continuou seu processo de expansão, ocupando vários pontos de áreas já demarcadas.

Recomeçou, dessa maneira, um novo movimento de reocupação de áreas indígenas.

Ainda, Favaro demonstra que:

Depois de algum tempo, após novas pressões e novas iniciativas do governo estadual, novos decretos foram elaborados, incorporando às companhias de colonização novas extensões dos territórios Kaingang no vale do Rio Ivaí. Na metade do século XX, estas áreas passaram por um processo de demarcação, fruto de um acordo entre a União e o Estado do Paraná, para beneficiar as Companhias de Povoamento. Com a justificativa de reestruturar as áreas indígenas, o acordo de 12 de maio de 1949 expropriou grande parte dos territórios Kaingang, demarcados em decretos anteriores. (FAVARO, 2014, p. 44).

Durante os trabalhos de campo, na realização das entrevistas, ficou nítido o desconforto dos moradores locais sobre a questão desse conflito, demonstram que não querem tocar no assunto, sempre afirmando que não sabem muita coisa, conforme pode se verificar nesse trecho da entrevistada número 1, senhora de 92 anos, nascida na localidade de Patos, hoje Prudentópolis, e que veio para Pitanga no ano de 1938, então com 16 anos de idade. A entrevistada chega a mudar a entonação da voz quando responde sobre o conflito com os indígenas:

Quando nós viemos não tinha, os índios estavam todos em Manoel Ribas, aqui não tinha mais, pois já tinham atropelado eles, não tinha mais índios, eu fiquei sabendo um pouco, eu não sei como é que foi. Sei que os moradores fizeram uma igreja ali onde agora é a delegacia, e os índios faziam baile lá e dançavam e o povo se revoltou e começou a briga, depois foi chegando mais gente e foi aumentando, daí fizeram uma outra igreja lá em baixo, aquela igreja queimou duas vezes, não sei porque, uma vez diz que bateu raio, outra vez não sabem, diz que acendeu de uma vela, e outra vez o vento quase derrubou, entortou, e depois que construíram essa. Não sei o que aconteceu.

Esse incêndio na igreja que é relatado pela entrevistada faz parte da história pitanguense, e é ainda muito comentado pelos moradores, alguns afirmam que os indígenas colocaram fogo nela, e outros, chegam a afirmar que os próprios colonos colocaram fogo na igreja com os indígenas lá dentro, entretanto, não há indícios fortes que confirmem tais acontecimentos, não há documentos e nem provas de que isso tenha acontecido, mas o fato é amplamente difundido pela história oral da população local

É comum na sociedade contemporânea a difusão da falsa ideia de que as questões indígenas estão estabilizadas, entretanto sabemos que isso não ocorre, ainda hoje a população da

região trata os indígenas com preconceito e desprezo, os considerando únicos responsáveis pela própria Chacina.

Depois desses acontecimentos, outro fato marcante para a região foi a diminuição do comércio da Erva Mate na década de 1930, assim gerando mudanças nos quadros econômicos regionais, sendo que na década de 1940, a principal atividade econômica era a criação de porcos, entretanto, essa também já apresentava um declínio.

No mesmo período ocorre a instauração do município de Pitanga, que até então era distrito do município de Guarapuava, sendo elevado à categoria de município pelo decreto-lei estadual número 199, de 30 de dezembro de 1943, instalado em 28 de janeiro de 1944. Naquela época, o novo município era constituído pela sede de Pitanga e o distrito de Campo Mourão, porém não há registros fotográficos desse acontecimento, apenas do primeiro aniversário da cidade que demonstra como era a cidade nesse período, sendo marcada fortemente pelos pinheirais e a presença da igreja matriz onde hoje é o centro da cidade.

A formação da região central centro do Paraná está marcada pelo sangue, a primeira estrofe do hino municipal de Pitanga, reflete isso “esta terra de lutas severas, foi regada com sangue inocente, o teu povo escreveu nestas serra a história da tua brava gente”, história violenta e marcada por uma forte desigualdade social e que por muito tempo fora esquecida pelo Estado.

Dentro deste escopo, cabe considerar que os processos conflituosos que se tem registrado por meios documentais e também por memórias coletivas iniciaram com a chegada dos colonos europeus, esses motivados pelos bens naturais que a região apresenta, tais como araucárias, erva mate, e também um rico solo. Atualmente a região tem como herança desse processo de construção socioespacial altamente desigual os mais baixos índices sociais do estado do Paraná, com uma ampla concentração fundiária, um grande número de pessoas pobres e extremamente pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar nossas análises percebemos quão complexas e diversas são as questões postas sobre aquela região/território, isso, principalmente, devido ainda a inexpressividade em relação aos poucos trabalhos científicos que desbravam a sua história e o domínio de suas terras, sendo a história local contada apenas por meio do senso comum, dos vencedores e dos oficialistas.

Todo e qualquer território se constitui por meio de projetos pré-estabelecidos por aqueles que lhe territorializarão, as coisificações sobre um território não acontecem por acaso, bem ao contrário. Nenhuma região é colonizada sem um projeto que anteceda os interesses

hegemônicos, e que se saiba da existências de recursos disponíveis, e isso também ocorreu no caso da Região Centro do Paraná, onde buscava-se integrar essa região aos meios econômicos estaduais/nacionais já existentes.

Essa região possui, ainda hoje, solos ricos em qualidade, que apresentam boa produtividade agrícola, mas naquele período histórico, ou seja, o da colonização oficial, possuía grandes florestas com madeira de lei, sendo esse o principal trunfo do poder registrado na historiografia sobre aquele período da primeira metade do século XX, cujos objetivos centrais, eram o de lucrar com os meios naturais regionais e ao mesmo tempo apropriar-se daquelas terras para utilização no processo de colonização do interior do país.

Tais trunfos sobre a terra e o território seguem até os dias atuais, pois são os descendentes dos colonos pioneiros que possuem as grandes propriedades agrícolas, ou seja, ainda hoje a elite lucra a partir das terras e poderes que adquiriram no processo de colonização, formação espacial, pois já estão estabelecidas nesse espaço há cem anos. Na contrapartida, desse processo histórico de concentração de riquezas e poderes nas mãos de uma pequena elite local/regional, há toda uma parcela da população vivendo à margem do processo, muitos dos quais, descendentes dos caboclos originários, esses últimos, integram os índices de pobreza regional, constantes das análises estatísticas dessa pesquisa. Nada excepcional, afinal, a região foi envolvida pela lógica capitalista de desenvolvimento desigual, onde poucos tiveram acesso aos bens de consumo e, mesmo, às terras regionais, fatores estes que justificam e estabelecem todas as desigualdades sociais contidas na Região Centro do Paraná – fazendo dela, um bolsão de miséria em terras paranaenses, como que uma herança maldita sobre a vida de milhares de pessoas.

E essa é a principal característica desta região, marcada profundamente pela desigualdade social, onde a principal causa disso é a concentração fundiária histórica, onde poucas famílias detém a maior parte das terras da região e, coincidentemente, as terras que foram vendidas para centenas de pequenos agricultores, são terras com solos de baixa qualidade e/ou impróprios para a produção agrícola mecanizada ou menos manual em alguns casos.

Essas características regionais perduram desde a chegada dos colonos e a tomada das terras por esse grupo, mas sobretudo pelos que chegaram com algum capital para se apropriar delas. Porém, hoje ela é uma região pouco lembrada pelo estado, isso fica notório por meio de uma das suas características mais peculiares - a pobreza e a desigualdade, que são fruto dessa história e dos baixos investimentos de capital na região, pois a infraestrutura ainda é muito inferior se comparada com outras regiões paranaenses.

REFERÊNCIAS

CALABI, D., INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território.** Revista do Departamento de Geografia da USP. N. 9, 1992, p. 57-66.

EURICH, G., **O índio no banco dos réus:** historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila Pitanga (1923). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FAVARO, J. L., **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural:** sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro– Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

HAESBAERT, R., **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M; SPOSITO, E. (Org). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IURKIV, J. E. **A Revolta do Tigre (1955), Possseiros, proprietários e Grileiros:** uma luta de representação. 120 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999

MOTA, L. T.; NOVAK, E. S. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí PR:** história e relações interculturais. 1. Ed. Maringá: EDUEM, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

¹ Doutorando em Geografia. UEL. kevo_goncalves@hotmail.com

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UEL. nilsoncesarfraga@hotmail.com

³ Doutoranda em Geografia, UEL, cris_buratto@yahoo.com.br

⁴ Terras Kaingang.